



## O ASSENTAMENTO COLORADO EM RIACHINHO-TO E O PROTAGONISMO DAS MULHERES CAMPONESAS

### *THE COLORADO SETTLEMENT IN RIACHINHO-TO AND THE PROTAGONISM OF PEASANT WOMEN*

Dislaine Dias dos Santos<sup>1</sup>

Rejane Cleide Almeida Medeiros<sup>2</sup>

#### RESUMO

Os assentamentos são formados a partir da desapropriação de determinado latifúndio improdutivo e emissão de posse da terra pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), órgão responsável pela formulação e execução da política fundiária nacional. Para tratarmos das reflexões aqui propostas, tomamos como base o protagonismo das mulheres camponesas que fizeram parte da luta pela terra para a formação do assentamento Colorado em Riachinho, Bico do Papagaio, Tocantins. A metodologia utilizada foi história oral com temática em história de vida e entrevistas semiestruturadas. A pesquisa faz parte dos resultados dos estudos de mestrado no programa de pós-graduação em estudos de cultura e território (PPGCULT), da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Os resultados apontaram que as mulheres constituíram um grupo que lutou pela terra e organização do território. Entre desafios e conquistas, apresentaram, por meio das suas memórias, terem sido protagonistas desta luta.

**PALAVRAS-CHAVE:** Assentamento; Mulheres camponesas; Luta pela terra

#### ABSTRACT

The settlements are formed from the expropriation of certain unproductive lands and also for the ownership issuance of these lands made by the National Institute for Colonization and Agrarian Reform, (INCRA) the agency responsible for formulating and executing the national land policy. In order, to address the reflections proposed here, we take as a basis of the protagonism, peasant women who took part of the struggle to get land for the formation of the *Colorado Settlement in Riachinho, Bico do Papagaio, Tocantins*. The methodology used was oral history with a life history theme, y semi-structured interviews. The research is part of the results of master's studies in the post-graduation program in culture and territory studies

---

<sup>1</sup>Mestre em Cultura e Território pela Universidade Federal do Norte do Estado do Tocantins - UFNT. Pós-graduada em Psicopedagogia Institucional, Clínica e Ludopedagógica pela Faculdade FAVENI. Licenciada em Geografia plena pela Universidade Federal do Tocantins- UFT. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Cesumar. Formada no curso Técnico em Segurança no trabalho e Técnico em Agronegócio pelo SENAR. [dislainedias@hotmail.com](mailto:dislainedias@hotmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Mestre em Educação pela UFG, Especialista em Educação e Agroecologia (UEG), Graduada em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Atualmente é Pró-reitora de Extensão (PROEXT) da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) , docente do curso de Educação do campo: Artes e Música, e do Programa de estudos em Cultura e Território (PPGCULT). [rejmedeiros@uft.edu.br](mailto:rejmedeiros@uft.edu.br)



(PPGCULT), at the Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). The results pointed out that the women constituted a group that fought for the land and the organization of the territory. Among challenges and achievements, they presented, through their memories, that they had been protagonists of this fight.

**KEYWORDS:** Settlement; Peasant women; Struggle for land

## INTRODUÇÃO

O presente estudo trata-se de uma pesquisa que foi realizada no mestrado em estudos de cultura e território (PPGCULT), da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Como metodologia, adotamos a história oral com temática em história de vida. Os dados aqui apresentados fazem parte do conjunto da referida pesquisa.

Para a seleção dos artigos, foram consultadas as plataformas de dados de literatura científica e técnicas: Scientific Electronic Library Online (SciELO), biblioteca virtual de saúde (BVS), e Google acadêmico no período de setembro e outubro de 2022. As palavras-chave foram selecionadas a partir dos objetivos de pesquisa. Os critérios de inclusão foram os estudos disponíveis na íntegra, em open access, de 2007 a 2022, publicações originais nas línguas portuguesa, considerando o objetivo do estudo e o protocolo de revisão elaborado previamente.

A luta pela terra no Brasil está em consonância com as questões fundiárias e a concentração de terra. Datada desde o processo de colonização no Brasil, teve início a partir do século XVI com as invasões das terras brasileiras, ocupadas originalmente pelos povos originários. Medeiros, chama atenção de que é na vida econômica, durante os três séculos do processo de colonização portuguesa no Brasil, que ocorreu a exploração e concentração de terras, por meio da exploração de bens e de trabalho: “Isto significa que a formação histórica do Brasil, o tráfico, a senzala, o monocultivo e o monopólio foram forças motrizes desse processo de expropriação do espaço brasileiro” (2017, p. 23). O que respinga fortemente nas relações de poder econômico nas regiões que compõem o território brasileiro.

Um dos problemas que se estende até hoje no que se refere à questão fundiária, é a falta de inclusão dos(as) trabalhadores(as) rurais ao acesso à terra, cujo marco é a Lei de Terras:

A lei da Terra de 1850, o Decreto que a regulamentou em 1854 e toda a legislação que se seguiu, bem comum, expressa em concepções opostas, persistiu ao longo do século XX, mesmo que os agrupamentos que articularam essa iniciativa, e foram por elas também articulados, tenham se transformado ou sido substituídos por outros e que ênfases tenham sido alteradas ao longo do tempo. Propostas de “reforma agrária” ou de “solução do problema rural” contrapuseram-se e multiplicaram-se nos anos 20 e 30 (1920 e 1930), bojo das grandes lutas sociais, essencialmente urbanas e muitas



vezes de extensão supranacional, que marcaram aquela época. (LEITE. 2004, p.37. Grifo nosso).

Diante desse decreto muitas famílias de classe baixa apresentaram grandes dificuldades para a compra da terra para fins da agricultura familiar, pois a medida favoreceu a elite agrária brasileira com a expansão econômica cafeeira no Brasil, principalmente na região Sudeste. Nessa perspectiva é que a luta pela terra continua sendo uma das pautas dos movimentos sociais do campo e organizações sociais no Brasil.

A luta pela terra, a conquista e a organização do assentamento Colorado, apresenta esta perspectiva, com grandes desafios e disputas no cenário das questões fundiárias no Bico do Papagaio, Tocantins. Portanto este é o tema destas reflexões, que traz como protagonistas as mulheres camponesas.

Em relação ao Termo “assentamento”, Leite (2012, p. 109) destaca que:

No Brasil, o termo assentamento rural esteve atrelado, por um lado, a atuação estatal direcionada ao controle e a delimitação do novo “espaço” criado e, por outro, às características dos processos de luta empreendidos pelos trabalhadores rurais. No que diz respeito a atuação estatal, a definição governamental dada ultimamente ao termo tem mantido diferenças e semelhanças com outras situações afins, como a colonização dirigida e a regularização fundiária, e enfatizando a criação e a integração de novas pequenas propriedades rurais (atualmente compreendidas como parte do universo da agricultura familiar e/ou camponesa) ao processo produtivo, com base na desapropriação de terras ociosas ou, ainda, na aquisição de imóveis rurais e fornecimento de crédito fundiário, ainda, que essa última prática não possa ser caracterizada necessariamente como um processo de reforma Agrária (servindo muito mais ao modelo implementado pelo Banco Mundial em diferentes países, como África do Sul, Brasil e Colômbia, entre outros).

No final da década de 1950 e início de 1960, muitas pessoas que residiam no meio rural foram expulsas de suas terras e passaram a morar nos centros urbanos. Nesse sentido, “as primeiras manifestações camponesas desse período surgem logo após o processo de redemocratização do país iniciada com a eleição presidencial de 1985”. (BERGAMASCO. 1996. p. 12 - 13).

O final da década de 1970 foi marcado pela intensificação de lutas dos(as) trabalhadores(as) que reivindicavam o direito à terra. Foram movimentos de resistência, voltados para a luta por direitos, uma luta que com a vitória será transformada na criação de assentamentos.

Lopes (2001, nas suas reflexões, destaca que a história dos movimentos sociais no campo não é uma questão recente, mas parte do princípio da luta pela terra até a busca dos



direitos de permanecer. A criação do assentamento rural é resultado da luta dos(as) trabalhadores(as) rurais sem terra e a mais utilizada é a desapropriação de propriedades que não cumprem com sua função social.

O Art. 184 da Constituição Federal de 1988, destaca que:

Art. 184 da Constituição Federal de 1988 compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

§ 1º As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro.

§ 2º O decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União a propor a ação de desapropriação.

§ 3º Cabe à lei complementar estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação.

§ 4º O orçamento fixará anualmente o volume total de títulos da dívida agrária, assim como o montante de recursos para atender ao programa de reforma agrária no exercício.

§ 5º São isentas de impostos federais, estaduais e municipais as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária. (JUSBRASIL, 2018)

Neste caso, os imóveis de particulares são incorporados à reforma agrária. Toda aquisição começa com pesquisas cartoriais e locais feitas pelo INCRA, bem como a partir de indicações - apresentadas pelos movimentos sociais - de fazendas que seriam passíveis de desapropriação. (INCRA, 2016)

Logo após o INCRA desapropriar as fazendas que não estejam sendo utilizadas para manejos de produção, são distribuídas para os(as) trabalhadores(as), em muitos casos para os acampados que aguardam há anos pela liberação dessas terras. Tais terras são distribuídas de forma igualitária pela reforma agrária a todos(as) trabalhadores(as), com o intuito de que toda família beneficiada trabalhe na terra e que com a produção gerada obtenha uma fonte de renda. (INCRA, 2016).

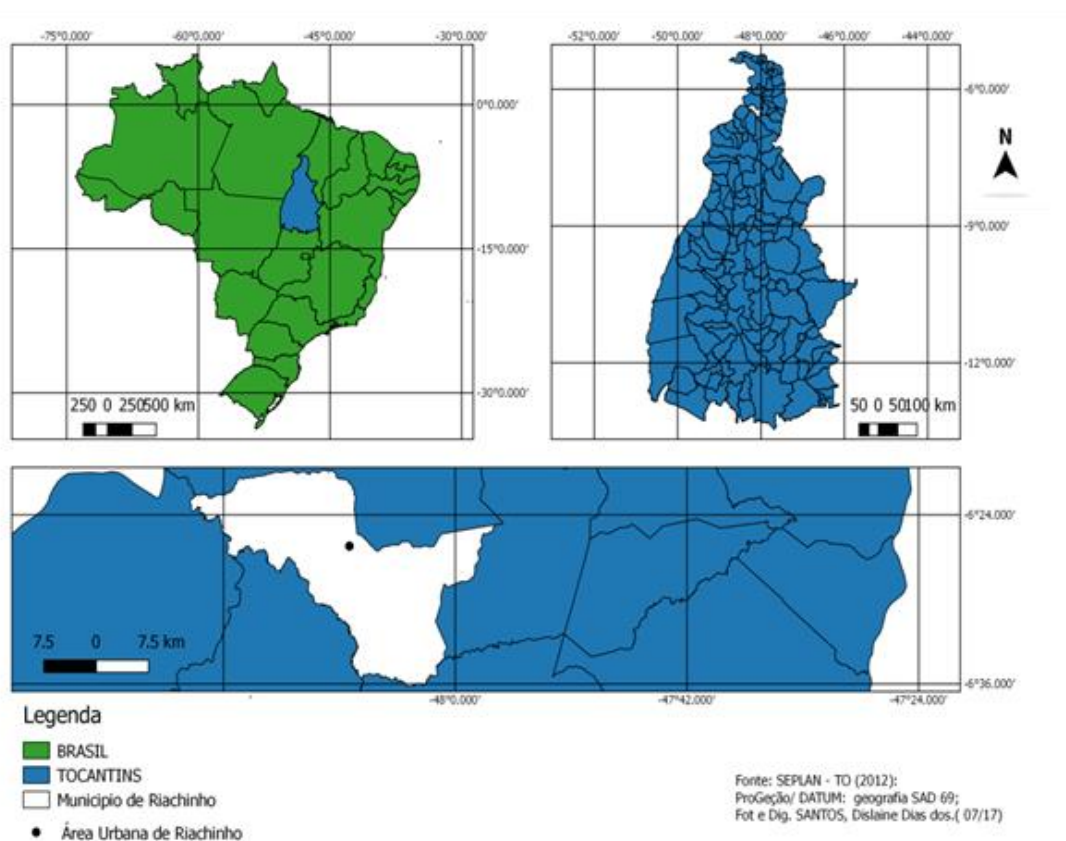
Os resultados apontaram que as mulheres constituíram um grupo que lutou pela terra e organização do território. Entre desafios e conquistas, apresentaram, por meio das suas memórias, terem sido protagonistas desta luta.



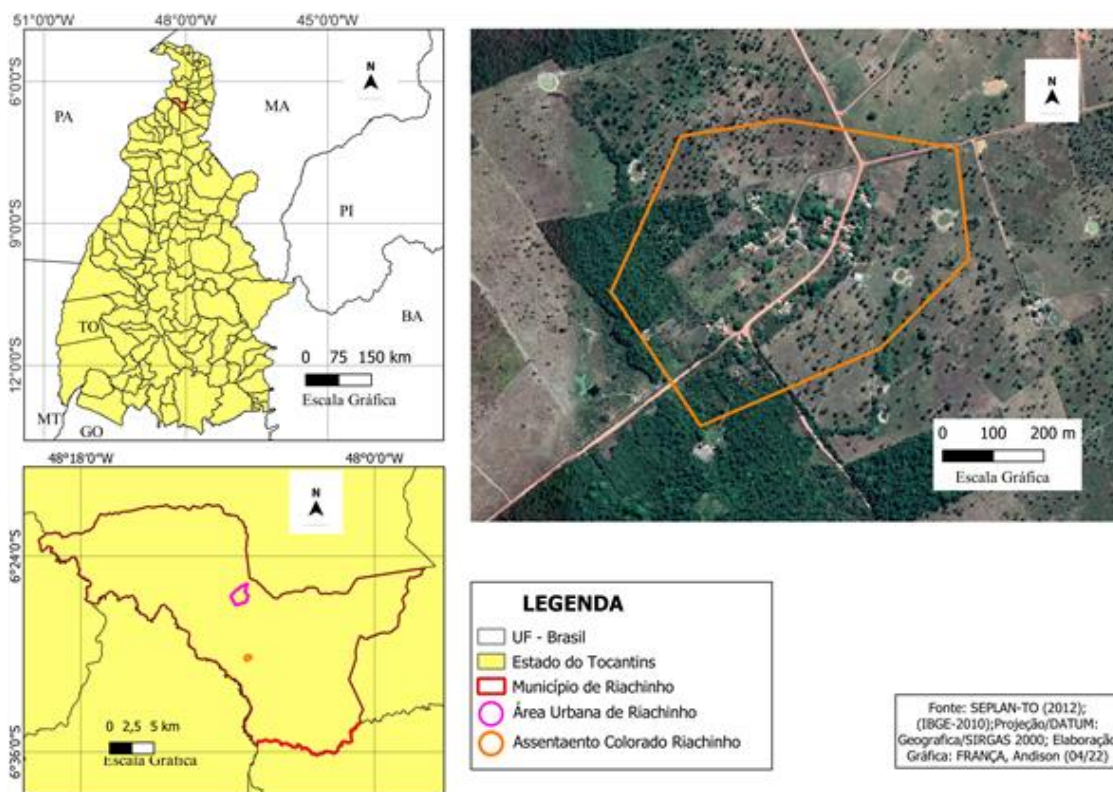
## Assentamento Colorado, Riachinho-TO

Abaixo o mapa de localização do Município de Riachinho, onde está situado o Assentamento Colorado.

**Figura 01:** Localização do Município de Riachinho



Nesse sentido é que apresentaremos o território do Assentamento Colorado e seu processo de construção por meio da luta pela terra, tendo como protagonistas dessa luta as mulheres camponesas do Bico do Papagaio, região Norte do Tocantins, onde o assentamento está localizado.



O assentamento Colorado é localizado no município de Riachinho - TO, com distância de 8 km da cidade. A entrada do assentamento é localizada a menos de 900 metros da saída da cidade, conforme imagem abaixo.

**Figura 3:** Entrada do Assentamento Colorado





Fonte: SANTOS, Dislaine Dias dos, 2022.

**Figura 4:** Assentamento Colorado



Fonte: SANTOS, Dislaine Dias dos, 2022.

Santos (2022) destaca em sua pesquisa que o assentamento Colorado foi constituído em 1994, uma luta que durou alguns anos:

O assentamento foi constituído em 1994, porém sua luta começou na década de 1980 com ocupação de várias pessoas vindas, tanto do município de Riachinho que naquela época era município de Ananás, como grupos de pessoas vindas da cidade de Araguaína -TO. Assentamento marcado pela luta e resistência do homem e da mulher do campo, por uma vida e liberdade, infelizmente nem todos que estavam no início hoje permanecem no assentamento, porém suas memórias serão lembradas e permaneceram intactas ao longo dos anos (SANTOS, p. 28, 2022).

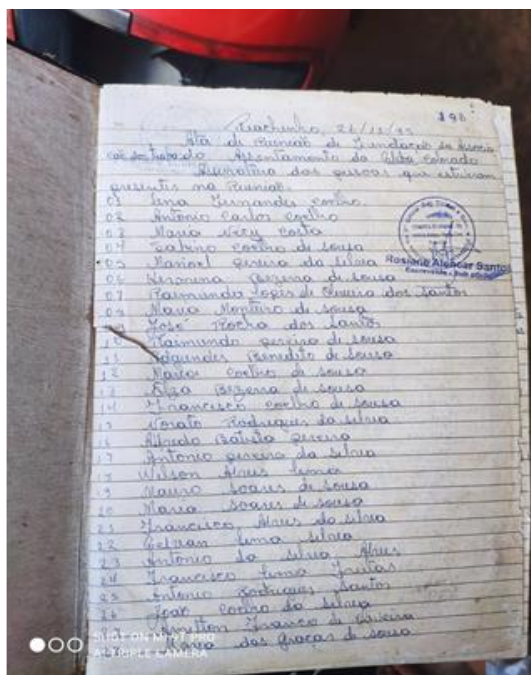
O assentamento passou por grandes lutas antes de ser constituído formalmente como assentamento. Segundo Santos (2022), inicialmente foi ocupado por “[...] dois grupos de pessoas um advindo da cidade de Araguaína, estado do Tocantins, e outro do município de Riachinho/TO” (SANTOS, 2022, p. 64). Foi uma luta de quase seis anos para serem reconhecidos como assentamento, nesse processo houve percussores que deram início a essa ação, estimulando as demais famílias da região a se juntar em um proveito maior: “liberdade”.



Inicialmente o assentamento Gleba Colorado foi ocupado por dois grupos de pessoas, um advindo da cidade de Araguaína estado do Tocantins e outro do município de Riachinho/TO, porém devido naquela época as famílias não morar próximas umas das outras, não tem relatos sobre quem eram as famílias vinda de Araguaína. No município de Riachinho/TO o grupo composto inicialmente por 40 pessoas que vieram, atualmente apenas duas famílias permanecem no local. A família da senhora Maria Costa Silva e da senhora Velsa Pereira do Santos. Essas duas pioneiras foram e ainda são muito importantes para a história do assentamento, suas identidades e representações estão ligadas a constituições do território (SANTOS, 2022, p. 64).

A história do assentamento Colorado foi um marco histórico no desenvolvimento do município de Riachinho, os primeiros registros formais desse assentamento se deram através da ATA de fundação do assentamento no ano de 1994.

**Figura 5:** Ata de fundação do assentamento Colorado



Fonte: SANTOS, Dislaine Dias, 2021

Entretanto, sabemos que essa luta começou no ano de 1988, com a chegada de dois grupos.





Sua historicidade registrada na primeira Ata da fundação da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Cajueiro (Colorado) Riachinho/TO, no dia vinte e oito de agosto de 1994 dia da fundação do assentamento, cerca de 220 pessoas se fizeram presentes. Inicialmente esta reunião teve como objetivo explicar quais os benefícios e vantagens que toda comunidade teria ao fundar essa associação e como a mesma funcionaria. Segundo a mesma ata (1994) foi discutido sobre as responsabilidades que cada associado teria que assumir e após isso foi aberto à discussão, debate e perguntas e ao final foi lido o estatuto e explicado sobre o mesmo e as necessidades de participação e organização democrática e transparentes no processo de organização do desenvolvimento do assentamento e sem delongas foi marcada uma nova reunião em que aconteceria, segunda o documento da Ata (1994) no dia dezesseis de setembro do mesmo ano. Cabe salientar que as primeiras reuniões da associação duravam o dia inteiro e que no início os associados demonstravam interesse em participar, como está no “início” do assentamento (SANTOS, 2022, p. 64).

A história da formação desse assentamento é compartilhada com a sociedade através da fala de cinco grandes mulheres que foram as precursoras da formação do assentamento, visto que nesta pesquisa o objetivo central é colocar a visão da formação do assentamento a partir da perspectiva da mulher do campo, como ela vivenciou essa luta, como ela superou perdas e como superou uma sociedade patriarcal que sempre visa a luta do campo apenas a partir do olhar do homem.

### **Narrativas das mulheres camponesas protagonistas da luta pela terra e território do Assentamento Colorado**

Inicialmente, contaríamos com quatro mulheres pioneiras do assentamento, infelizmente apenas duas ainda se encontram vivas morando no assentamento. Estas apresentam dificuldades na fala devido a idade e problemas de saúde, porém de todas as formas elas procuraram descrever as suas contribuições na luta pela terra. Por isso, decidimos entrevistar mais três mulheres que tiveram contribuição na história da formação do assentamento, mesmo elas chegando algum tempo depois da ocupação do local, ambas contribuíram para constituição do assentamento (SANTOS, 2022, p. 26).

Uma das primeiras pioneiras é dona Maria Costa Silva, uma mulher casada, com três filhos, que acompanhou a formação do assentamento desde a primeira ocupação. Ela relata que sempre esteve com seu marido, mas sempre teve medo de perde-lo para a luta; destaca que na época da ocupação estava grávida do seu segundo filho e, mesmo com o “barrigão”, tentava sempre ficar ao lado do seu companheiro:



Dona Maria sempre esteve ao lado do esposo na ocupação das terras do Gleba Colorado, infelizmente, segundo seu relato não conseguia ficar todo dia com ele na ocupação devido estar grávida e ainda tinha outra criança pequena com ela. Foi perguntado se ela lembrava quando veio para a ocupação do assentamento, relatou que: “Quando eu vim você já tava aqui (fala questionando o esposo que está juntamente com ela na sala) já tinha um ano que você tá aqui em 1988, eu tava gestante, eu tava esperando um filho, eu ficava em Riachinho, tínhamos um barracinho lá, aí não tinha como eu vim.” Para Dona Maria não apenas por estar gestante impossibilitava ela de ficar junto com o marido, mas devido ao difícil acesso ao assentamento complicava suas viagens. É porque naquele tempo nem jegue entrava aqui, porque era muito difícil vim para cá, a gente vinha a pé de Riachinho para cá, com menino muntado nas costas e o mantimento também tinha que trazer nas costa porque nenhum animal não passava, era muito difícil, aí nós teve que vim para cá com as criança pequenas, meu filho foi criado aqui e foi muito difícil, nesse tempo até o Neli tava doente e aí com essa dificuldade grande, grande mesmo, sofreu muito aqui (SANTOS, 2022, p. 72).

Essa pioneira relata que no início não foi fácil, porém “*só o fato de estar junto ao seu companheiro como uma forma de proteção, dona Maria já se sentia mais confortável*” (SANTOS p.73, 2022). À época em que dona Maria estava à frente da luta pela terra, o período foi extremamente difícil para os pequenos produtores rurais:

A época da ocupação do assentamento colorado foi no mesmo ano em que o Estado do Tocantins foi constituído como Estado, então nesse período, economicamente o estado estava caminhando, significativamente bem, principalmente na agropecuária, porém para os pequenos produtores ou pessoas que não tinham terra, eram peões de grandes fazendas, a crise financeira era extrema. A luta pela terra era uma luta pela liberdade e pelo futuro da família camponesa. (SANTOS, p. 73, 2022).

A luta pela terra e o desenvolvimento da produção agropecuária criavam dificuldades para a formação do assentamento, pois devido aos conflitos agrários que ocorriam em outras áreas de luta, se relatavam mortes de camponeses, por pistoleiros, a mando dos fazendeiros, o que causava medo, que repercutia no assentamento. E por esta razão dona Maria,

Sentia muito medo de que seu companheiro não voltasse com vida das terras. Sabe o que é que eu pensava é porque o povo só falava que aqui tava cheio de pistoleiro e que ia matar, e eu na casa cheia de criança e tudo era pequeno e aí tinha de matar ele lá dentro e como que eu ia criar essas crianças? Era o que pensava e não era certo invadir o que era alheio, foi assim que eu pensei (RELATO DE DONA MARIA, 2021 *apud* SANTOS, 2022, p. 73).

Nesse cenário, a preocupação não era apenas de dona Maria, mas também de todas as outras mulheres do assentamento. Era notório o medo de seus esposos e filhos serem mortos por pistoleiros enquanto estavam ocupando as terras. Nesse ponto, podemos analisar que elas



não ficavam apenas em casa, cozinhando e cuidando dos filhos, mas iam para as áreas da ocupação por medo de perderem seus companheiros.

Devido a esses rumores de ameaças, as mulheres só iam durante o dia para ajudar seus companheiros formar as roças, ou seja, ajudar a cortar o mato, a controlar o fogo, ainda levantavam mais cedo que os companheiros, preparavam comida para almoçar, vestia as crianças, dava de comer e assim era a rotina das pioneiras que ajudavam na conquista da terra, ao final do dia seu companheiro as levavam de volta para a cidade e durante a noite apenas os homens ficavam nas terras. No início da ocupação, nem todos tinham contato com todos que ocupavam, devido cada um ocupar um terreno distante de ambos, devido esse motivo Dona Maria ficava no meio termo de preocupação, por um lado a distância entre os terrenos ajudava conflitos internos, porém se caso alguém passasse mal ou algum animal atacasse durante a noite não tinha quem socorresse seu companheiro. Essa preocupação noturna, tirava o sono da Dona Maria, quantas noites sem dormir relata que ficou, pois não tinha como ela ficar na terra sem um barracão (SANTOS, 2022, p. 73).

Outra pioneira do assentamento é Velsa Pereira dos Santos, que relata a circunstância na qual decidiu assumir, juntamente com seu companheiro, a luta pela terra, pois queriam proporcionar um futuro melhor a seus filhos:

[...] quando o povo estava fazendo as picadas aí nós foi fazendo também, depois que foi feito o barraco é que fomos para lá, depois das roças [...]. “O início nunca foi fácil”, relata dona Velsa, as mulheres ajudavam seus maridos de todas as formas que podiam, [...], mas eram elas que ficavam esperando seus maridos com risco de perder eles por tiroteios, são elas que formavam roça, cuidavam dos filhos, brigavam por melhoria e educação para seus filhos e depois de passar por tudo isso, hoje são essas mulheres que são chamadas de frágeis, que seu lugar é na cozinha e que estar no campo é fácil. Fácil para quem vê toda fazenda formada, mas nunca olham as marcas que essas mulheres tiveram que passar para hoje terem isso.” É muito pesado o serviço para mulher, não é fácil. Às vezes sofremos preconceitos sim, porque tem muita gente que se desfaz de quem é da roça, sabendo que come do que a gente planta, sempre aparece. Uma relação entre as duas pioneiras são as formas que elas não buscavam conforto para elas, mas segurança para seus filhos e estavam ao lado dos seus maridos buscando dar proteção para eles. Elas viam a luta pela terra como uma luta de liberdade financeira futura para seus filhos. (RELATO VELSA PEREIRA DOS SANTOS *apud* SANTOS, 2022, p. 77).

Outras mulheres que se fizeram presentes na pesquisa foram Raimunda Lopes de Oliveira, Durvalina Francisca de Azevedo e Maria das Graças Francisco dos Anjos, mulheres que se destacaram no contexto pós-formação do assentamento. Elas se destacaram por estarem lutando por escolas, estradas, casa, energia e água encanada no assentamento. Para essas mulheres, não bastava apenas ter os nomes nas terras, elas precisavam de uma vida digna dentro do assentamento.



A mulher do campo nos últimos anos é vista apenas como a dona do lar, sofre diversos preconceitos por estar no campo, mas quem são essas mulheres, o que realmente elas faziam na época da luta pelo território, trazer suas identidades e representações implica mostrar como elas foram e ainda são importantes para o desenvolvimento histórico da formação de um assentamento, pois são mais que donas de casa, são mulheres, que lutam por uma vida melhor, para seus filhos, lutam pela liberdade e elas foram e continuam sendo muito importante para o assentamento em que vivem (SANTOS, 2022, p. 64).

As assentadas relataram as dificuldades vivenciadas a partir de uma elocução que descreve as estradas sem conservação, o calor ocasionado pela exposição ao sol durante o deslocamento até a cidade, a falta de transporte público adequado para levar as crianças à escola etc. (2022) Cabe salientar que, no início da formação do assentamento, as crianças eram transportadas na caçamba de um caminhão, e os riscos que essa situação impunha à saúde e à segurança delas era enorme.

Dona Raimunda optou por estudar juntos com filhos por medo de deixá-los irem sozinho para escola em cima de um trator. Devido uma situação extremamente desumana com todos os alunos do assentamento, essa situação foi mudada, dona Raimunda tomou a frente de tais atrocidades e com isso algumas coisas foram melhorando. [...] O caminhão que ia buscar era de todo tipo, caminhão que carregava lixos, durante o dia era trator, inclusive eu estudava, sabe quem era o motorista? finado Rudinei, que um dia ele foi buscar nós e tinha acabado de jogar uns cachorro veios mortos no mato, e nós vinha morrendo com maus cheiro, pegamos uma chuva na estrada, acabou com tudo que era de livro, rascou tudo, porque nós nem bolsa para carregar livro nós não tinha, ai molhou a folha do caderno, pobres dos cadernos e acabou tudo, aqueles cadernos que dobrava, que colocava no bolso, aí é que eu fui lá na casa do prefeito e chamei os alunos todinhos e fizemos uma greve. O Valdemar tava construindo aquela casa, eu peguei naqueles ferros daquela casa tudinho, puxei tudinho e chamei todos, chegou a polícia, mas até polícia chegar e eu digo eu não preciso de polícia não, eu preciso de um carro para carregar nós para o colégio porque nós tá indo é de carro que carrega lixo. Ai o Valdemar foi e calma, calma, aquela mulher dele tava buchuda daquela menina mais nova, ai a mulher, a filha da mulher do Afonso falava “é Raimunda você não pode fazer isso não, a mulher tá grávida, quer que a mulher perda o filho dela?” ai eu disse, vocês não lembra que meus filhos tudinho tá nesse trator, vocês não lembra deu perder a minha vida e a vida dos meus filhos, só lembra da vida de vocês? Ai a polícia chegou, Chico Borges chamou a polícia e eu não tive medo de polícia não, de polícia nenhuma, e eu disse daqui ninguém, “ai vão prender você tudo”, pois compre muita abobora, para jogar no chiqueiro, porque nós somos muito, porque o que se prende é porco, porque eu não preciso, não matei e nem roubei de ninguém eu estou lutando pela vida da minha família e sabedoria dos meus filhos, porque o que nós somos é pobres, é o que eu posso dar para meus filho, posso não, dou, [...], para eles saber pelo menos assinar o nome e já que eu não tive aquela oportunidade de apreender que agora eu estou aqui junto com eles porque eu fui estudar, eu fui estudar porque eu não tinha coragem de deixar meus filhos sozinhos, ai eu fui obrigado a ir para o colégio e apreendi um bocado de coisinha ainda (RELATO DE DONA RAIMUNDA, 2021 *apud* SANTOS, 2022, p. 82).



Cada uma dessas mulheres representa a luta por melhores condições de vida no assentamento. Dona Raimunda Lopes de Oliveira foi uma das mulheres que construía poços manuais dentro da vila para facilitar a retirada de água própria ao consumo das pessoas, além de movimentar os moradores do assentamento na busca por transporte público de qualidade para os alunos, Segundo Santos (2022):

Dona Raimunda é considerada até hoje uma mulher disposta, sempre teve peito para ir à luta, nunca desistia, sempre pensava não apenas nela, na época que chegou para vila sempre procurava meio de ajudar as pessoas com pouco que tinha. Indagamos Dona Raimundo o que as pessoas da época chegavam a falar sobre ela, a mesma veio a responder: “que era feito no assentamento eles sempre falavam que eu era mulher macho sim senhor, aí tem mais uma que não tinha água, não tinha água e o que, que eu fiz, eu fiz uma caeira de tijolo eu merma, eu amassei o barro fiz o tijolo, cinco milheiro de tijolo, ai aquele poço que tem boca que tá calçado foi eu que fiz de tijolo, eu fiz pro Pedro Lima, tio de vocês, ele vendeu para aquele pessoal lá, foi grilo não sei para quem e todos queria calçar poço lá, mas quem fez foi eu sozinha, eu mesmo toquei fogo todo mundo passava lá, eu lá sozinha, tocando naquela caeira, cinco meiro de tijolo eu fiz, eu mesma amassava o barro, eu mesmo fazia o tijolo, eu mesmo encarei, um casqueiro fogo, eu mesmo cacei a lenha, tudo foi só eu, aí todo mundo tinha poço calçado, mas foi eu que fiz, [...] porque eu era disposta a tudo” (SANTOS, 2022, p. 81, grifos das autoras).

Maria das Graças Francisco dos Anjos foi umas das precursoras a estimular a liberdade financeira de inúmeras mulheres no assentamento por meio da prática da quebra de coco. Infelizmente, elas nunca conseguiram constituir uma associação dentro do assentamento Colorado.

Atualmente, todos do assentamento respeitam dona Maria e conhecem a mesma como guerreira, que mesmo com tantas dificuldades sempre esteve ao lado do marido e nunca desistiu da tão sonhada terra, pois cansada de trabalhar nas terras dos outros, atualmente ela tem a sua, devido sua idade avançada, já não consegue mais montar uma roça, porém nunca deixou de produzir, no quintal de sua casa, mostra sua dedicação com a terra, conforme a figura abaixo. (SANTOS, 2022, p. 90).

Durvalina Francisca de Azevedo destacou sua participação na formação dos templos religiosos dentro do assentamento.

Dona Dú até os dias de hoje é conhecida como a benzedeira do assentamento, mulher de fé que viveu uma vida devota a Deus e ganhou destaque dentro do assentamento quando assumiu a responsabilidade de cuidar da igreja. Essa construção dessa igreja foi Anázio, era candidato a vereador, ganhou, aí ele foi e levantou a igreja para nós, depois de levantada ele entregou a igreja para mim, aí eu fiquei trabalhando aí bem



uns 5 anos, aí eu comecei a adoecer das pernas, minhas pernas não davam mais quase conta mais de andar. Aí não tinha como eu sair pedindo jóia para arrumar as coisas que precisava se dentro. Aí eu peguei e passei para dona Tereza e eu também via que eles ali não gostavam muito que eu mexesse na igreja. Que a gente conhece quando as pessoas gostam ou não gostam e eu peguei e entreguei para eles. Devido ao avanço de idade Dona Dú teve que entregar a igreja para outra pessoa cuidar, pois ela já não conseguia mais prover recursos para igreja, e como ela relata, a coisa de Deus tem que ser bem-feita, e como já não estava, mas conseguindo tais 91, preferiu entregar (RELATO DE DURVALINA, 2021 apud SANTOS, 2022, p. 97).

O destaque da citação mostra uma mulher que assumiu a responsabilidade de liderar uma igreja no assentamento.

Essas mulheres, esposas e mães não tiveram medo das dificuldades e, mesmo sem perceber, foram grandes exemplos dentro do assentamento, mostrando que unidas são mais fortes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo realizado, considera-se que as atividades de formação do assentamento, a partir da visão das suas precursoras, vão além da luta no *front*; quando se trata de luta pela terra, não se deve apenas focar no papel do homem do campo. Inúmeras mulheres, em várias regiões do país, estão à frente da luta pela terra; apenas são encobertas pelos tabus de que a luta do campo, ainda seja uma ação dos homens. Sobre o tema, Santos (2022) nos traz:

Não necessariamente precisam estar à frente do tiroteio para fazer parte da historicidade de formação de um local, pois sem o apoio dessas mulheres [...] e sem a resistência dessas mulheres, este assentamento não seria o mesmo. Precisamos quebrar os tabus, em que uma mulher do campo só é importante se ela morrer ou fundar uma causa, mas que sim, aquela dona de casa, aquela que ficava em casa com as crianças é muito importante para resistência do assentamento e sua história também é viva (2022, p. 99).

Mulheres não devem ser vistas apenas como donas de casa; são lutadoras e buscam conquistar o futuro enfrentando diversos preconceitos e críticas pelo fato de serem mulheres. Nesse contexto, observamos que “[...] o assentamento Gleba Colorado foi constituído sob o medo, medo de perder a vida, nem todos que estavam desde o início conseguiram permanecer até o final” (SANTOS, 2022, p. 100). Esse medo não estava apenas nos olhos dos homens, mas também nos olhos de suas esposas, que chegavam todo final do dia sem saber se seus maridos iriam retornar ou se no dia de amanhã elas ainda estariam ali. Mas, mesmo em meio a tantas



dificuldades, elas não desistiram, permaneceram firmes e, por meio desta pesquisa, terão sua luta exposta à toda sociedade, mostrando que lugar de mulher é onde ela quiser.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGAMASCO, Sônia Maria. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense S. A, 1996.

BRASIL. INCRA. Instituto Nacional de Colonização e reforma agraria. **Assentamentos**. Disponível em: [http://www.incra.gov.br/assentamentos\\_instala](http://www.incra.gov.br/assentamentos_instala). Acesso em 19/10/2021.

JUSBRASIL. **ART. 184 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**. Disponível em <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/busca?q=ART.+184+DA+CONSTITUI%C3%87%20%20FEDERAL> Acesso em 19/10/2021.

LEITE, Pereira Lopes. Assentamento rural. In: **Dicionário da educação do campo**. CALDART, Roseli Salete et al. (Orgs.). Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

LOPES, Alberto Pereira. **DEPOIS DA TERRA, O DESAFIO PARA PERMANECER: O assentamento Muricizal- Muricilândia (TO)**. Programa de pós-graduação em geografia área de concentração em análise e planejamento socioambiental. Universidade Federal de Uberlândia Instituto de Geografia, Uberlândia, 2001.

MEDEIROS, Rejane Cleide Almeida. Práxis política do movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra (MST)- TO: Trajetória de organização e formação política. [**Tese de doutorado**]. Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais, Programa de pós-graduação em Sociologia, Goiânia, 2017, 231 f.

SANTOS, Dislaine Dias. **MARIAS, ANTÔNIAS E RAIMUNDAS: MEMÓRIAS DE MULHERES CAMPONESAS NA LUTA PELA TERRA NO ASSENTAMENTO GLEBA COLORADO, RIACHINHO (TO)**. [**Dissertação de Mestrado**]. Araguaína: Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura e Território. Universidade Federal do Norte do Tocantins, Araguaína-TO, 2022, f. 108.

**Artigo recebido em: outubro/2022**

**Artigo aceito em: novembro/2022**